

O MOVIMENTO SOCIAL DA JUC E A QUESTÃO DA RELIGIÃO NOS ANOS 60: DESAFIOS DE UMA LUTA

Dra. Maria de Fátima Araújo Di Gregorio¹

RESUMO O artigo aborda sobre o grupo jucista e sua ação especializada de luta social nos anos 50 e 60, estruturando a caminhada do movimento leigo quando este deixa os limites da Igreja Católica, envolvendo-se com mais com os meios universitários e com grupos de esquerda do país, ganhando consistência territorial. Lendo o contexto sócio, geográfico, econômico e político que possibilitou a luta do grupo, as (des) articulações e êxodo para novas ações de luta, com mudança no ideário em anos marcados pelo fenômeno da revolução da juventude mundial, desenvolvendo clima de tensões e comoções diante de um quadro político que sofria às amarras do capitalismo com luta pela conquista democrática.

Palavras chave: Igreja Católica; Juventude; Movimento Social; Identidade(s). Ideário.

¹ Dra. Maria de Fátima Araújo Di Gregorio. UESB/UNEB/BRASIL
f_digregorio@hotmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Foi no ano de 1950 que as Ações Católicas Especializadas: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC) foram intensificadas, transformando-se em movimento social de relevância em muitos países, principalmente no Brasil. Essa juventude reconhecida como jucista, viveu a fase que poderia ser chamada de esperança e otimismo, tornando sua proposta fundamental para o sonho de melhora para as camadas populares do país. E, por entender que a família nesse momento histórico social estava sofrendo impasses advindos da cultura desses anos, na medida em que o movimento atuava, as famílias investiam nessas ações, com a inserção de jovens no laicato da Igreja Católica, constituindo-se numa prática atrativa para os preocupados com o destino do país.

Na Igreja, a participação em ações católicas era marcante entre jovens que transitavam entre igrejas e universidades com ideário construído a partir de leituras sociais e estudos marxistas que eram realizados em diversas disciplinas universitárias, constituindo um marco doutrinal com acentuada carga socialista de ideais e ações traçadas a partir da consciência social, criando avanço significativo em grupos com a JAC, a JEC, a JIC, a JOC e a JUC. Eram grupos de atuação no cenário brasileiro, criados a partir da inspiração e do pensamento da nova linha da Igreja européia que tinha fundamentos em princípios não só da Neocristandade, mas na reedificação de pessoas. Nesse sentido, a identidade legitimadora desses jovens de luta, falava mais alto, levando o movimento a avançar em suas metas e arestas além da Igreja.

O fenômeno de mais ampla participação dos grupos desses jovens jucistas em problemas do país desenvolveu identidade nacional de luta cristã e universitária, conferindo ao grupo uma 'flex identidade'. Há que se considerar que esses jovens não eram políticos, mas

sonhadores com o avanço da Democracia brasileira e sendo quem eram, pensavam nas ações do laicato e no movimento social em prol dos Direitos Humanos.

Nesses anos, o CELAM (Comissão Episcopal Latino-Americano) propiciou debates sobre temas, os movimentos de juventude, as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e outras pastorais sociais, contribuíram para a mobilização e a conscientização de grande parcela da população jovem. Todos estes movimentos se ramificaram alimentando e reproduzindo uma nova cultura política formada no cotidiano das organizações populares jucistas, que eram politizadas para outro olhar das dificuldades que o país enfrentava. Nesse entendimento, havia um envolvimento de segmentos religiosos e estudantis internacionais e isso ficava claro em seus congressos jucistas, quando a participação de padres da esquerda cristã européia se fazia presente ao lado da entidade, sendo grande o movimento estudantil, operário, social.

Porém, a atitude da Igreja de captar os leigos por meio da linha cristã, acabou criando uma nova consciência capaz de mover as suas bases do movimento estudantil/social - um movimento de esquerda católica. A Igreja Católica viu as ações especializadas ingressarem em ideologia de cunho marxista, defendendo a abolição de propriedades particulares dos meios de produção, lutando pela igualdade social, com bandeira que poderia afetar os princípios da Igreja Católica e das famílias tradicionais, conservadoras que temiam essa ala da esquerda. O alvo principal era a juventude que deveria ser resgatada pela ações cristãs (SIGRIST, 1982).

1.1 A JUVENTUDE CATÓLICA UNIVERSITÁRIA E A GUINADA POLÍTICA COMO MOVIMENTO ESTUDANTIL/SOCIAL

No Congresso organizado em 1951 em Belo Horizonte, a luta jucista se aproxima mais do mundo operário, de educadores progressistas e discute a lei de educação do país, fazendo reflexões sobre a atuação regional, nacional. No mesmo ano em Recife, o encontro temático sobre a formação doutrinal católica e libertadora dos jovens e mais adiante no ano de 1952, reforça a participação nacional demonstrando apoio e caráter de interação de grupo que estava voltado para anseios de uma luta radicalizada no país.

Portanto, admite-se a real instituição das ações católicas em 1950, reconhecendo como movimento de esquerda católica atuante. Também nesse mesmo ano, o viés católico começa a ser substanciado sob forma de luta revolucionária e efetivamente essa juventude começa uma nova fase de atuação no cenário nacional, avançando e mudando o contexto pelas reivindicações, crescendo em número e atuação, além do ideário mais radicalizado.

Partindo-se da explicação de que, a partir do dinamismo desses jovens, os grupos se estruturam metodologicamente no ano de 1960 com as equipes de atuação cristã e de esquerda que ampliam suas propostas enquanto movimento sociorreligioso que assume ações independentes do seio da Igreja - sua mãe espiritual. O movimento torna-se mais autônomo e investe em formação política, difundindo o 'ideal histórico'² vai até o final dos anos 50 até início dos anos 60, começando a instaurar uma nova fase chamada de histórico-antropológica.

Observa-se que o ideal histórico veio como um desencadeamento de um anseio mais ou menos coletivo, como uma linha de ação mais generalizada, partindo de uma síntese que necessitariam lutar. De fato, esse ideal permitiu aos militantes a construção de um novo grupo, novas posturas com espaço aberto para a revolução da sociedade. Vale lembrar que o grupo jucista inicialmente conduzido por uma espécie de consciência cristã, vinha experimentando novas caminhadas, encontrando nessa resignificação identitária, ações revolucionárias mais atuantes (SIGRIST, 1982).

² Sigríst (1982) entende por ideal histórico o anseio de um grupo caracterizado pela vontade ou descoberta de princípios.

A identidade de luta revolucionária dos jucistas é que fez com que os jovens adentrassem em ações pelo interior do país, muitos ligados aos locais de nascimento, marcas de um movimento entre a cidade e o campo. Realizavam ações sociais, propostas de aulas e atividades lúdicas, conforme manual de atividades dos grupos que atuavam em diversos âmbitos de trabalho.

Na década de 1960 e, com a ascensão da Revolução Cubana na América Latina, surge o reforço dessa radicalização de jovens que com seus novos ideais e exemplos, sonharam e clamavam a luta em prol dos Direitos Humanos. Alianças que se estabeleciam entre os jucistas e a União Nacional dos Estudantes, a UNE que se organizava em apoio à esquerda revolucionária. O episódio do movimento dos sargentos no Governo de Goulart vinha abrindo novas perspectivas para as lutas reformistas, nacionalistas e populares. Apesar da onda de desilusão dos jovens pela não realização das prometidas reformas de Governo de Goulart, a caminhada persistia e não tardaria uma revolução.

As denúncias de participação de jovens no movimento aconteceram. Militares de projeção estavam ligados à luta, sistema de pressão, civis exaltados, quadro social em crise. Durante anos, foi-se formando uma corrente forte de opinião em inúmeros segmentos da esquerda, colocando a necessidade de constituir uma vanguarda realmente revolucionária, rompendo com o imobilismo e propondo a luta armada contra a força bruta do governo, avançando decisivamente em direção à superação do Capitalismo e do Estado Totalitário. A versão populista da hegemonia burguesa já não era suficiente para organizar o conjunto da sociedade em conformidade com os interesses do capital, ameaçados pela esquerda jovem que tomara força política.

Anos de repressão, perseguição, perda de identidade(s). No entanto, o papel de mediação da Igreja acabou por contribuir para a libertação de alguns militantes, evitando a condenação de jucistas ativistas. A igreja era ao mesmo tempo, a protetora e com a figura do padre associada ao apoio estudantil, a repressão era vista como algo perigoso no seio das famílias. A proteção de militantes por uma parte de

religiosos, o conflito com a ala conservadora do país, tudo isso foi extremamente complexo e desafiador nesses anos de luta estudantil/social. Os udenistas manipulavam grupos conservadores e os conflitos eram visíveis.

O momento político no Brasil permitia depurações políticas, impasses entre grupos católicos regionais e locais. Os reformistas com base no pensamento revolucionário, ressignificam posturas, ideário e avançam em discussões sobre o Socialismo, o Comunismo, possíveis soluções para o país e isso causou estremecimentos entre grupos atuantes na sociedade burguesa, militares e a própria Igreja. Em 1960, ano considerado utópico pelas ilusões, reúne a juventude no X Conselho Nacional, evento comemorativo aos 10 anos com repercussão em diversos setores e participação de jovens em encontros no Uruguai, na Argentina e na Colômbia. Discutiam o ideal histórico, a falta de consciência dos burgueses e as futuras ações do movimento.

Houve ainda a divisão de funções, criando uma política revolucionária, o que preocupou a Igreja Católica, inclusive porque alguns clérigos estavam no local. Embora reafirmando a estratégia maoísta da Guerra Popular Prolongada, faziam cerco das cidades pelo campo, dialogavam com a Ala Vermelha, implantavam foco guerrilheiro rural como embrião do futuro Exército Popular e a formação de grupos armados na área urbana, para ações de apoio ao campo.

Essas novas bases adotadas já se diferenciavam as propostas do movimento, ocasionando êxodo dos membros para outros movimentos sociais. O desejo de mudança, as novas estratégias de ações centralizadoras da equipe nacional, inclusive a cogitação de um possível golpe e o estabelecimento de novas formas de resistência, latentes nos encontros jucistas cria rumores e mostra a clara intenção de muitos desses jovens que deixarem o laicato. Havia um crescimento no movimento e a repercussão foi grande no país.

Todavia, o movimento social jucista não estava preparado para esse aumento de integrantes e o grupo teve que se adaptar a novos elementos que se mostravam na dinâmica de movimento social –

radicalizava-se. Essa articulação vinha também por parte do Movimento Estudantil, que reconhecia os integrantes de luta e os articulava sob forma de participação direta e ativa na militância jucista, criando laços entre os membros de partidos de esquerda que atuavam no país, a tal ponto que muitos avançaram na luta anos adiante.

Esse movimento social contava com apoio de padres e bispos que acompanhavam os casais, pessoas atuantes no país. Dentre eles, destacavam-se Dom Francisco de Assis, de Crato (Ceará), Dom Florêncio Sisino Vieira, de Amargosa (Bahia), Frei Germano Veja Campón, Jataí (Pernambuco) e Padre Riou, da Companhia de Jesus Central, a força religiosa renovadora do movimento, oposição à ala conservadora da Igreja Católica. Essas ações específicas recorriam ao uso da imprensa, do rádio e da televisão, mostrando a linha nova de atividades, marcando reuniões de grupos de casais, uma revolução social no Brasil. Essa linha de pensamento renovado tinha apoio de Dom Helder Câmara, que já fazia parte de congregações de esquerda católica, da luta mais efetiva nos movimentos, ao passo que os representantes da Igreja, a exemplo dos vigários das paróquias, desapareciam do cenário, sendo substituídos pelos assistentes dos grupos que não eram os responsáveis pelas ações diretas do grupo, mas o crítico da estrutura do movimento.

A CNBB recomendava aos membros da JUC o afastamento do Comunismo, os líderes inflamavam a equipe nacional em favor das novas orientações. Uma das estratégias da Igreja Católica era ser contra essas investidas da esquerda, difamando em pregações religiosas o grupo revolucionário e rebelde, fazendo campanha do silêncio diante das citações do pensamento comunista, evitando assim que essas ideias proliferassem no país. Estariam estes princípios atacando a família brasileira? Certamente essa pergunta esteve presente em muitos lares.

Anos marcados por novo ideário, identidade nacional se misturando com a internacional, onde as aventuras e a revolução jovem dos Beatles viravam o mundo e que a contracultura fluía. Os *besouros negros* (Beatles) eram recebidos pela Coroa Inglesa, o fenômeno *hippie*

e a separação dos jovens de suas famílias viam a simbologia de Che Guevara como postura a ser adotada. E tudo isso encantava os jovens brasileiros e ofendia a Igreja. Resultado dessa contracultura era a juventude se exaltando em drogas, chamados por liberdade sexual em busca de liberdade, o que era ataque direto as diretrizes da Igreja e da própria família.

A Revolução Cubana também causou um profundo impacto na Igreja em toda América Latina. Os eventos em Cuba criaram a consciência de que a revolução era a possibilidade na América Latina; de fato, durante a maior parte dos anos 60, tanto a esquerda quanto a direita superestimaram o potencial revolucionário do continente. Cuba inspirava algumas pessoas a intensificar seus esforços em promover uma mudança radical; outras, a adotar defesas intransigentes da ordem vigente e outras, ainda, a promover o reformismo com o meio de abortar a revolução. Dentre a igreja brasileira estavam presentes as três reações: entre os católicos praticantes a primeira era mais fraca, e o impulso reformista era mais forte. O conflito exacerbado entre a igreja e o regime de Castro reforçou as tendências defensivas dentro de alguns setores (MAINWARING, 1986, p. 64).

Cuba desencadeia na América Latina uma audaciosa luta guerrilheira que termina vitoriosa, implantando o regime socialista de viés acentuadamente radical, surgindo na figura de Che Guevara, o ídolo-ícone para a juventude contestatória de todo o mundo. Anos de uma massa de desempregados e subempregados que, já em meados da década de 1960, chegariam a constituir a terça parte da força trabalhista brasileira.

A referência a este passado vivido é um elemento fundamental na construção da identidade comunista desses jovens revolucionários que, ao mesmo tempo, libertam-se do catolicismo e tinham ideário revolucionário. No processo de reconstrução de identidades, a memória coletiva desempenharia um papel destacado.

Em qualquer processo de busca de identidade, a memória exerce um papel fundamental. Isso porque, além de fortalecer o sentimento de pertencimento e a continuidade temporal, uma das suas funções essenciais é manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um determinado grupo tem em comum (PANDOLFI, 1995, p. 15).

E no país, as identidades efervesciam e a imagem que foi elaborada em relação aos comunistas era de uma ameaça e medo de uma alteração radical da estrutura do país e sua importância encontra fontes de realimentação constante na realidade nacional/internacional. Era uma identidade sociológica como afirma Hall (2002).

Muito se tem discutido a respeito da consolidação do regime democrático no Brasil, mas o que se tem em mente é que essa consolidação sempre será falaciosa se não forem levados em conta alguns aspectos ainda não superados pela democracia brasileira, tais como: falta de consciência social e compreensão do sentido da própria Democracia. Obstáculos e alguns emperramentos institucionais, principalmente pela demanda por inclusão de segmentos da sociedade se encontravam excluídos da esfera política. Na linha de frente desses excluídos, os cidadãos com baixa escolaridade e os que sofrem com os percalços da pobreza que, juntos, são protagonistas de grande parte dos déficits de participação política no país.

O salto de participação social aflorou explicitamente no fim da década de 60 (SOUZA, 1984). Com o tempo, os jovens passaram a questionar aspectos das ideias institucionais da Igreja, a passividade política diante da ordem estabelecida e com o contexto de convivência universitária com outras correntes de pensamento –, especialmente as socialistas e comunistas–, às quais precisavam fazer frente, vêm no pensamento de Jacques Maritain, Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin novas perspectivas.

Anos que ficaram marcados pelo pontificado progressista do Papa João XXIII, e o Concílio do Vaticano II que, a partir dos anos 60, muda muita coisa na Igreja, dividindo os católicos em duas linhas: tradicionais ortodoxos e progressistas do Vaticano II. A partir do episódio, deu-se um passo significativo na valorização e promoção do leigo na Igreja. É reconhecida a igualdade fundamental do cristão leigo na vida eclesial, com direitos e deveres, assim como a responsabilidade deste na missão da Igreja no mundo. O processo de reconhecimento do papel do laicato

na Igreja e no mundo é aprofundado na experiência eclesial latino-americana, especialmente em Medellín e Puebla (LIBANEO, 2005).

A Igreja garantia o controle da conduta desses jovens nas ações na sociedade, sendo ela peça fundamental no estabelecimento de diretrizes para ações e novos procedimentos sociais. Há necessidade de recuperar as marcas de um passado ainda recente e que teima em desaparecer na História. A Democracia brasileira, as gerações de jovens que alimentaram o interminável capítulo da história dos oprimidos, permitiram refletir sobre o quadro de luta e repressão em território nacional.

Por esta razão, a atuação de grupos jucistas diante das tensões internas do país e da ameaça comunista, ocasionou uma atmosfera de divisão na Igreja. Padres que lutaram ao lado de militantes pelos princípios de libertação, mas a Igreja Católica protestava com a família em prol do impedimento do regime comunista no país. Porém, a Igreja se manteve fechada em muitos aspectos. Dentre eles, a documentação oficial contida em seus arquivos não pode ser lida por leigos. Os Estatutos da Igreja, normalmente manuseados com a presença de padres da Diocese, mostram que ela é a sua guardiã, preservadora de uma memória que deve ser esquecida.

1.3 A IDENTIDADE DA JUC COMO MOVIMENTO SOCIAL: CONSTATAÇÕES E DESAFIOS

Considera-se que esse movimento social foi relevante, pois desenvolveu ações, criou autonomia diante de uma instituição poderosa como a Igreja Católica. Atuou diante de um país em pleno processo de industrialização e tensão entre operários e burgueses, industriais e setores elitizados, manteve-se solidária às causas sociais, lutou pelos Direitos Humanos. Foi parceira de grupos esquerdistas do país, lutou com ideário e identidades que lhes permitiram experiências democráticas.

Essas irmãs - Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC) em movimento conjunto, constituíram voz no contexto de desigualdades sociais do país, criando a ala mais ativa dos movimentos sociais. Estudantes dos cursos de Engenharia Civil, Elétrica, Arquitetura, Filosofia, Direito, Letras, Medicina, Farmácia dentre outros.

Interessante é analisar a força jucista unida e coordenada pelo curso de Engenharia, em liderança coletiva, criando formas de atuação e articulação entre cursos e grupos. O movimento ia adentrando na luta e modificando suas concepções e ações, na medida em que os anos passavam. Equipes se formavam e as relações de trabalho iam sendo experimentadas dentro de um modelo capitalista que feria os princípios teóricos discutidos na Universidade.

Ora, em países como o Brasil cuja sociedade capitalista tem sido reapropriada constantemente, as resistências da esquerda sempre foram muito difíceis. Os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade foram nesses anos, em verdade, palavras de ordem da juventude, no sentido de levar as classes trabalhadoras a ideia de participação, de preocupação com o seu bem-estar, de humanitarismo. Então, essas Ações Católicas foram manipulações em prol dos meros interesses da Igreja? O pensar, o agir e o perceber do grupo, foram peças de engrenagens competentes a serviço do próprio sistema manipulador de instituições hegemônicas como o Estado e Igreja?

Pensar as identidades da juventude católica remete a um grande desafio. Viu-se o grupo nascendo híbrido e mantendo-se por anos nessa condição entre as duas faces, a da Neocristandade e a da Universidade. Em momento inicial, as identidades aludem a questões complexa e formadoras de opinião.

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... O autoconhecimento – invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros (CALHOUN, 1994, p. 9-10).

Por identidade, Calhoun aborda que os atores sociais constroem em seus territórios, uma rede de significados com base em atributos culturais, sociais inter relacionados que prevalecem presos à estrutura social. Para uma determinada pessoa, esta multiplicidade ou mesmo diversidade, é contradição, pois representa papéis organizados num contexto social, influenciando o comportamento, gerando negociações, formando identidades.

Nesse sentido, o autor ao estudar os tipos de identidades relacionadas aos contextos específicos e os princípios de vida pessoal e mobilização social, examina os processos fundamentais para a construção de identidades de grupos. Entende-se que a identidade de um povo – a nacional – mostra-se confrontada com expressões individuais, pois esta é a marca de um grupo e pela ótica da mesmice, traços próximos de um ideário que une as pessoas, não só no geopolítico, mas no religioso, no nacional, no regional.

Contudo, se no social as identidades são fortalecidas, ou mesmo constitutivas, isso significa que numa sociedade, para que as mesmas sintam-se seguras, atrelados nos mesmos processos identitários ou ideológicos o grupo marcou presença na história do país, tornando-se ícone de luta nesses anos. Todavia, partindo da tese do individualismo moderno, a identidade sociológica nos anos 60 mostrava que as pessoas se preocupavam com o sociológico, com os rumos da sociedade brasileira.

Para Hall (2002), as identidades são construídas discursivamente, e isso significa sustentar a ideia de que elas são formadas por meio de práticas realizadas em determinados contextos pelos atores sociais. Pensa-se na identidade da JUC a partir de uma das fases: a do sujeito sociológico de Hall (2002), refletindo a crescente complexidade a partir dos efeitos presentes nesses anos de contracultura.

A identidade se mostra definida nas relações com outras pessoas, fragmentando-se quando há mediações de valores diferenciados, sentidos e símbolos estipulados pela cultura. Nesse entendimento, a

identidade sociológica dos jucistas, sustentava-se na busca de uma estabilização entre o mundo interior e o exterior, o mundo pessoal e o mundo público. Contudo, as identidades estiveram em processo de ressignificação a partir de juízos das pessoas que no grupo militava, pois quando se deram conta desses processos de celebração fixa, mostraram-se dúbios em sua formação. É por isso que Hall (2002) lembra que somos diariamente confrontados com identidades com as quais podemos nos identificar, interagindo entre o núcleo interior do sujeito, que não é autônomo nem autossuficiente, mas formado processualmente na relação com outras pessoas.

CONSIDERAÇÕES

Nessa perspectiva, as identidades construídas da Juventude Universitária Católica possuem campos culturais provisórios e híbridos, resultado de processos avaliativos dos sujeitos em suas relações cotidianas, em contextos e situações. Sendo assim, essas identidades são consideradas complexas e de cunho circulante, validando o jogo de circulação entre grupos e posições, isso na medida em que gradativamente é revelada, transformada, produzida - uma questão política de quem observa e vive num tecido estrutural de múltiplos sentidos e posturas hegemônicas. Por esta razão, o movimento jucista era teleonômico, ou seja, tinha movimento ativo e crescente com teor religioso e de luta. O movimento jucista vinha construindo e legitimando ao longo dos anos identidade social e, se esse encontrava barreiras e opressões, a partir de um sistema dialógico, interligado a outros grupos de atuação na esquerda do país. Com o golpe de 1964, busca novas bases para sua prática revolucionária e se fragmenta através de outros grupos. Contudo, ao ressignificar sua identidade, não perde de vista a unidade de JUC, deixando marcas de um movimento importante na historiografia do Brasil.

REFERÊNCIAS

CALHON, Criag. (org.). *Social Teheory and the Politcs of Identity*. Oxford: Blackwell, 1994.

CAPELATO, Maria Helena et al (Org.). História e cinema. São Paulo: Alameda, 2007. CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução de Brandini Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999/2006 (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura). V. 2.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Identidade cultural e diáspora. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996.

KORNIS, Mônica. Ficção televisiva e identidade nacional: o caso da Rede Globo. In: MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916–1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIBANIO, João Batista. *Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros*. História e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

_____. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SIGRIST, José Luís. *A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia*. São Paulo: Cortez, [Piracicaba]: Universidade Metodista de Piracicaba, 1982.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.